

**A CIRCULAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE AS GUERRAS SAXÔNICAS (772-804 E.C.): O EXEMPLO
DAS CARTAS DO PAPA ADRIANO I E DE ALCUÍNO**

**THE CIRCULATION OF INFORMATION ON THE SAXON WARS (772-804 C.E.): THE EXAMPLE OF THE LETTERS OF
POPE HADRIAN I AND ALCUINUS**

Thiago Juarez Ribeiro da Silva*
thiago_juarez@ufg.br

RESUMO: O artigo explora a potencial circulação de informações sobre as Guerras Saxônicas (772-804 E.C.) por meio de cartas trocadas à época. Foram selecionadas para análise cartas do papa Adriano I (m. 795) e Alcuíno de Iorque (m. 804). Adriano I menciona as campanhas de Carlos I (m. 814) contra os saxões em três cartas, exaltando a conversão dos saxões ao cristianismo. Alcuíno, por sua vez, escrevendo a diversos destinatários, incluindo o próprio Carlos I, enfatiza a necessidade de reforma moral e religiosa para consolidar o domínio cristão na Saxônia em suas 19 cartas analisadas. A documentação selecionada, portanto, exemplifica uma potencial rede de comunicação que fez circular notícias sobre os conflitos que opuseram carolíngios e saxões naquele período, em que pese muitas vezes serem testemunhos indiretos dos acontecimentos.

PALAVRAS-CHAVE: Guerras Saxônicas; Cartas; Notícias.

ABSTRACT: This article explores the potential circulation of information about the Saxon Wars (772-804 CE) through letters exchanged at the time. Letters from Pope Hadrian I (d. 795) and Alcuin of York (d. 804) were selected for analysis. Hadrian I mentions the campaigns of Charles I (d. 814) against the Saxons in three letters, praising the conversion of the Saxons to Christianity. Alcuin, in turn, writing to various recipients, including Charles I himself, emphasizes the need for moral and religious reform to consolidate Christian rule in Saxony in his 19 analyzed letters. The selected documentation, therefore, exemplifies a potential communication network that circulated news about the conflicts between Carolingians and Saxons during that period, despite often being indirect witnesses of the events.

KEYWORDS: Saxon Wars; Letters; News.

As Guerras Saxônicas foram uma série de campanhas militares que opuseram, entre 772 e 804 E.C., os carolíngios, liderados por Carlos I (r. 768-814), e os saxões num espaço que compreende atualmente o Noroeste-Norte da Alemanha, em particular o território entre os rios Reno e Elba, com a floresta de Teutoburgo e a cadeia de montanhas Harz atuando como limites meridionais (fig. 1). Neste artigo, pretendo analisar como potencialmente se deu a circulação de informações sobre as Guerras Saxônicas à época do seu desenrolar, atentando

* Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e em Histoire, histoire de l'art et archéologie pela Université Libre de Bruxelles (ULB), Bélgica. Pesquisador vinculado ao Laboratório de Estudos Medievais (LEME-USP/Unicamp/UNIFESP/UFMG/UFG), ao Centre de Recherche histoire, arts, cultures et sociétés Anciennes, Médievales et Modernes (SociAMM, ULB) e ao De Corruptione – História da Corrupção na Idade Média (UnB). Atualmente é Professor de História Medieval na Universidade Federal de Goiás (UFG).

às maneiras possíveis de como as notícias sobre os conflitos circulavam, quais os sujeitos envolvidos neste processo, os métodos utilizados para trocar informações e o que exatamente se informava sobre as guerras.

Figura 1 - Esquema das Guerras Saxônicas (772-804 E.C.).



Fonte: Roter Geysir. Disponível em: <https://rotergeysir.net/map-saxon-wars/>. Acesso em: 29 abr. 2025.

Considerando estes objetivos, o grupo documental privilegiado para análise é o epistolar. Acredito que as cartas trocadas à época das Guerras Saxônicas podem fornecer algum tipo de testemunho alinhado às pretensões esboçadas acima, mesmo que de maneira indireta. Afinal, nem toda missiva datada daquele período tratou do que ocorria no fronte saxão ou mesmo era o assunto principal de uma carta.

Assim, o procedimento para a seleção da documentação se deu da seguinte forma: foram pesquisadas todas as menções aos termos “saxão”, “saxões” e “Saxônia” nas cartas reunidas junto à divisão *Epistolae da Monumenta Germaniae Historica* (doravante *MGH*)¹, coleção documental de origem oitocentista que reúne fontes históricas sobre a “Alemanha”². O levantamento encontrou 67 ocorrências dos termos buscados. Dentre elas, algumas não atenderam aos propósitos pretendidos, como as ocorrências vinculadas a Incmaro de Reims (m. 882), cujas três cartas onde foram observados os termos são datadas muito após o fim das Guerras Saxônicas (863, 864 e 865 respectivamente); ou cartas que mencionam um dos termos num contexto diverso daquele em destaque (como o caso de uma carta de Dungal Escoto, datada do início do século IX, em que ele pede ao abade Adam que o ajude em sua jornada até o rei, pois seu cavalo tinha ficado manco e debilitado e lhe é recomendado procurar um certo saxão); também foram descartados usos ligados à interpretação original do termo “saxum” em língua latina, que significa “pedra grande” ou “pedregulho”, como na carta do papa Adriano I (m. 795) a Carlos I, datada de 791, sobre a aceitação das determinações sobre a adoração das imagens promulgadas pelo concílio de Niceia de 787, no qual o pontífice faz uma analogia em que o coração dos ímpios seriam derrotados tal como Golias fora morto com o golpe de uma pedra de funda (“*Unde et Golias immanissimus saxo funde moritur*” *MGH*, *Epistolae*, Epp. 5, nº 2, p. 22, grifo meu).

Desta forma, das 67 ocorrências, foram selecionadas 22 para análise neste artigo. Três cartas ligadas ao papa Adriano I e 19 ligadas a cartas de Alcuíno de Iorque (m. 804). Estas cartas são datadas entre 775 e 801, isto é, dentro do recorte temporal de ocorrência das Guerras Saxônicas. Ao se tomar o grupo documental epistolar como referência, o fato de potenciais notícias sobre as Guerras Saxônicas passarem quase que exclusivamente por mãos eclesiásticas (respectivamente, um sendo o representante máximo da cúria romana e outro que, após longa carreira dedicada aos assuntos da Igreja, tornou-se abade do monastério de

¹ Para isto, utilizei o motor de busca *Elektronischen Monumenta Germaniae Historica* (*eMGH*), que pode ser encontrado em: <https://about.brepols.net/monumenta-germania-historiae-emgh-2/>. Trata-se de um software, que também opera de forma *online*, desenvolvido pela editora Brepols para procurar e identificar itens, correspondentes a palavras-chave ou caracteres especificados pelo usuário, num banco de dados composto pelos documentos editados nos *MGH*. Aproveito a ocasião para agradecer a José Francisco Sanches Fonseca pelo auxílio no acesso à *eMGH*.

² O tom nacionalista é evidente no título da iniciativa (e em outros elementos, como o seu lema “sanctus amor patriae dat animum” que pode ser traduzido como “o santo amor pela pátria concede espírito”). Acerca das questões que envolvem a elaboração dos *MGH*, ver Knowles 1960.

Tours) pode parecer, à primeira vista, contraditório. Afinal, estes não eram sujeitos envolvidos diretamente nos conflitos. Mas, vicissitudes de preservação e transmissão de documentos do período à parte, não se deve perder de vista que esses personagens representam a elite letrada da época (cf. Riché, 1999), ou seja, sujeitos capazes de mobilizar a leitura e a escrita (independente, como frisa Giles Constable, se eram necessariamente elas mesmas as figuras que propriamente manusearam os instrumentos de escrita das cartas, cf. Constable, 1976, p. 42-45) para registrar suas impressões e pensamentos acerca dos acontecimentos que testemunharam.

Há que se levar em conta também o lugar social desses sujeitos. Oriundos de um alto estrato social, Adriano I e Alcuíno possuíam conexões políticas privilegiadas (tema que se discutirá mais à frente), tornando-se vetores desta rede de circulação de informações do período. Em outras palavras, mesmo que de forma indireta, os testemunhos levantados demonstram uma potencial circulação de informações, afinal, se Adriano e Alcuíno fizeram menção aos acontecimentos em suas missivas e, por lógica, tinham algum conhecimento dele.

Para melhor entendimento do processo, farei uma análise cronológica da documentação conforme editada nos MGH.

Nascido em Roma no ano 700, Adriano I sucedeu Estevão III como papa em 772. Rapidamente entrou em conflito com Desidério (m. 786), o então rei lombardo, que invadiu Roma naquele mesmo ano. Foi então que o papa solicitou auxílio a Carlos I, que em 773, marchou para a península itálica, cercou Pávia e derrotou Desidério (Hartmann, 2006). Reforçou-se assim uma aliança entre papado e carolíngios que remontava, pelo menos, até Estêvão II (m. 757) e Pepino I (m. 768) e perduraria por outros mandatos pontifícios, culminando na coroação de Carlos I em 800 como imperador dos romanos por Leão III (m. 816). Este contexto é importante para entendermos as circunstâncias que envolvem as três cartas de Adriano I que fazem menção às Guerras Saxônicas.

A primeira carta data de 775 (*MGH, Epistolae*, Epp. 3, nº 52). Nela, o papa se diz alegre por receber de Carlos I, nomeado pelo pontífice como rei dos francos e lombardos, missivas cujo conteúdo direto desconhecemos. Esta carta se trata, então, de uma resposta a uma primeira interlocução entre os dois sujeitos.

Neste documento se observa a primeira menção, ainda que de forma indireta, das campanhas contra os saxões, iniciadas em 772 com a derrubada da árvore sagrada e potencial local de peregrinação para este grupo, *Irminsul*. Segundo o relato epistolar pontifício de 775, Carlos teria escrito que pretendia visitar o túmulo de Pedro, em Roma, após retornar da Saxônia.³ Ou seja, não há necessariamente uma notícia completa das guerras, apenas de que elas estavam, de algum modo, sendo travadas. De toda forma, a notícia dos conflitos foi enviada ao papa.

A informação sobre os conflitos é corroborada se analisarmos os *Anais Reais dos Francos* (doravante ARF), uma série de registros anuais da realeza franca entre os anos 741 e 829 e possivelmente elaborados entre 787 e 829 (Scholz & Rogers 1972, p. 5). Os ARF informam que, no ano de 775, Carlos teria realizado uma assembleia em Düren, capturado Eresburg, lutado em Braunsberg e Lübbecke (locais na atual Alemanha) e, então, retornado para a *Francia*, onde passou o Natal em Sélestat (atual França) antes de se dirigir para a Itália⁴.

Assim, é provável que Carlos tenha enviado a missiva que estava sendo respondida por Adriano (e o documento ao qual temos acesso) durante ou logo após a assembleia de Düren, isto é, antes de se dirigir para o fronte saxão. Esta hipótese ganha força por um detalhe da carta do pontífice: ao responder à missiva do monarca carolíngio, o papa elogiou e recomendou os mensageiros do rei, a saber, o bispo Possessor e o abade Rabigaudo. Infelizmente, não existem informações sobre eles além de seus nomes, mas considerando seus *status* sociais, não seria surpreendente os próprios terem participado da assembleia real, para a qual eram convocados os *grandes* do reino (Maclean, 2023, p. 179).

Deste modo, por mais que a evidência sobre as Guerras Saxônicas seja indireta neste documento, fica claro que as notícias sobre os conflitos estavam circulando entre a corte carolíngia e a sede papal.

A segunda carta do papa Adriano I é de 786. A bem da verdade, cronologicamente falando, duas cartas de Adriano I datam desse mesmo ano. Sua distinção temporal se dá por

³ “Continebatur quippe in ipsis vestris regalis seriem apicibus, quod, Domino protegente, remeante vos a Saxonia, mox et de presenti Italiam vel ad limina protectoris vestri, beati apostolorum principis Petri, ad implendis, quae ei polliciti estis, properare desideraretis.” (MGH, *Epistolae*, Epp. 3, nº 52, p. 574, l. 8).

⁴ *Annales regni Francorum inde a. 741 usque ad 829, qui dicuntur Annales Laurissenses maiores et Einhardi*. MGH, SS, SS rer. Germ. 6, p. 40-42. Quando me referir ao texto dos ARF, utilizarei a sigla ARF. Quando me referir exclusivamente à versão revisada, utilizarei a sigla AQDE (*Annales qui dicuntur Einhardi*) que é como os editores dos MGH também a nomearam.

dois fatores: a possível menção ao abade de Luxeuil, André I, que teria sido sucedido por Docto ainda em 786 (cf. Baumont, 1895, p. 83); e o conteúdo propriamente dito das cartas, como se verá logo a seguir. Por uma questão didática, irei analisá-las segundo sua ordem de edição nos *MGH*.

Na carta de número 76 (*MGH, Epistolae*, Epp. 3, nº 76, p. 607-608), o papa felicita o rei Carlos, que lhe enviou por meio do abade André, talvez de Luxeuil na atual Franche-Comté (França), a notícia da conversão dos saxões à fé cristã, e que, atendendo ao pedido do rei, ordenaria que fossem realizadas súplicas por três dias na “santa Igreja de Roma” (*ibidem*, p. 608, II. 8-16). Neste ponto, é interessante voltar-se ao conteúdo da missiva:

Abrindo-as [as mensagens⁵], encontramos nelas notícias sobre a saúde, integridade e prosperidade sinceríssima de vossa excelsa potência régia e de vossa consorte, de vossos súditos e de todos os principais dos vossos e dos nossos fiéis; pelas quais, como de costume, rendemos graças ao Redentor do mundo. Além disso, tomamos conhecimento ali de vossos triunfos reais protegidos por Deus: de como as nações selvagens e adversárias, a saber, dos **saxões** (*saevas adversasque gentes, scilicet Saxonum*), foram trazidas ao culto de Deus, à retidão da fé de sua santa igreja católica e apostólica, e, com a ajuda do Senhor e o auxílio intercessório dos príncipes dos apóstolos, Pedro e Paulo, foram submetidas ao vosso poder e domínio, submetendo seus líderes, e que, inspirados divinamente, com esforço régio, conduzistes todo aquele povo dos **saxões** (*illam gentem Saxonum*) à fonte sagrada do batismo; por isso, rendemos maiores louvores à divina clemência, pois em nossos e vossos tempos, o povo pagão, introduzido na verdadeira e grande religião e na fé perfeita, é submetido às vossas potências reais⁶.

⁵ Adriano, em sua resposta, não utilizou a palavra “mensagem” ou sequer “carta”. Literalmente, o papa escreveu: “Prestolatos nimisque nobis obtabiles regales vestros suscepimus affatus per fidelissimum vestrum latorem atque missum, videlicet Andream religiosum abbatem” (*MGH, Epistolae, Epp. 3*, nº 76, 1892, p. 607, I. 19-20), que pode ser traduzido para “Recebemos com grande satisfação as vossas reais e muito desejáveis mensagens, através do vosso fidelíssimo portador e enviado, a saber, o piedoso abade André.” A expressão latina “regales vestros affatus” pode ser traduzida como “vossas reais mensagens”, “vossas reais falas” ou “vossos reais pronunciamentos”. Isto porque “affatus” tem sentido de “fala”, “pronunciamento”, “conversa” (Oxford Latin Dictionary 1968, p. 76). Faço esta observação não só para precisar a tradução proposta, mas também para chamar a atenção ao complexo vocabulário utilizado pelos próprios sujeitos históricos para se referir à documentação estudada. Em outras palavras, o campo semântico da circulação de informações parece ir além dos termos atribuídos comumente aos objetos portadores/suporte das informações, como “carta” (e suas formas latinas como *littera, epistola, si(y)llaba, charta, nota* entre outros).

⁶ “Quos reserantes, repperimus in eis de vestrae precelsae regalis potentiae et conparis subulibusque vestris seu cunctis precipuis vestris nostrisque fidelibus sospitate et incolomem ac sincerissimam prosperitatem; in quibus redemptorem mundi consuete referuimus grates. Magis autem inibi de vestris Deo presidiatis regalibus triumphis conperientes: qualiter saevas adversasque gentes, scilicet Saxonum, ad Dei cultum suae sanctae catholicae et apostolicae ecclesiae rectitudinis fidei atque, Domino auxiliante, Petri Paulique apostolorum principum interventione suffragante, sub vestra eorum colla redacta sunt potestate ac dizione, eorumque optimatum subiugantes, divina inspiracione regalem annisum universam illam gentem Saxonum ad sacram deduxistis baptismatis fontem; unde nimis amplius divinae clementiae referuimus laudes, quia nostris vestrisque

O relato de Adriano informa então que os saxões estavam derrotados e dominados pelos carolíngios em 786. Novamente se trata de uma resposta a uma primeira carta, enviada pelo rei carolíngio e cujo conteúdo é desconhecido. Ou seja, sabemos indiretamente do *status* da guerra (que se prolongaria até 804, mas que os personagens, nessa ocasião, pareciam dar por encerrada).

De fato, segundo os anais históricos (*ARF* e sua versão revisada, também chamada de *Anais de Eginhardo*, *Anais Moselanos*⁷ e *Anais de Lorsch*⁸), diversas campanhas contra os saxões ocorreram entre os anos 780 e 785, incluindo aí o evento conhecido como “Massacre de Verden”, de 782, no qual, depois de um levante saxão e uma série de embates, Carlos I ordenou a execução de cerca de 4.500 saxões em Verden, cidade no atual norte da Alemanha⁹. Notoriamente, esta ação, porém, não foi mencionada no discurso papal. Como não se sabe o conteúdo da carta à qual o papa apresenta sua resposta, é difícil precisar se Carlos omitiu esta informação ou se Adriano preferiu não fazer referência a ela.

Sabe-se, porém, que Carlos I não só continuou a lutar contra os saxões, inflamados pelos acontecimentos de 782, como também tomou medidas para garantir a obediência saxônica por meio de outras políticas para controlar a região. É o caso da promulgação do “Capitulário para partes da Saxônia” (*Capitulatio de partibus Saxoniae*, *MGH, Leges*, Capit. 1, no. 26, p. 68). Trata-se de um documento normativo que estabeleceu determinações severas para a Saxônia com o objetivo de impor o cristianismo e o controle franco-carolíngio sobre aquele território. E, segundo a erudição mais recente (Mordek, 1995, p. 769), tal documento teria sido expedido originalmente no ano de 782 ou de 785¹⁰. Considerando que os capitulários são resultados, muitas vezes, de reuniões entre os grandes personagens do reino

temporibus gens paganorum in vera et magna deducentes religione atque perfectam fidem vestrisque regalibus substernuntur dicionibus.” *MGH, Epistolae*, Epp. 3, nº 76, p. 607-608, grifos meus.

⁷ *Annales Mosellani*. *MGH, Scriptores*, SS 16.

⁸ *Annales Laureshamenses*. *MGH, Scriptores*, SS 1.

⁹ “Hoc audiens dominus Carolus rex una cum Francis, quos sub celeritate coniugere potuit, illuc perrexit et pervenit usque ad locum, ub Alara, confluit in Wisora. Tunc omnes Saxones iterum convenientes subdiderunt se sub potestate supradicti domin regis et reddiderunt omnes malefactores illos, qui ipsud rebellium maxime terminaverun, ad occidendum IIII D; quod ita et factum est, excepto Widochindo, qui fuga lapsus est partibus Nordmanniae. Haec omnia peracta reversus est praefatus dominus rex in Francia.” (*ARF*, a. 782. *MGH, Scriptores*, SS rer. Germ. 6, p. 62).

¹⁰ Não há consenso, entre os especialistas, de quando este capitulario é datado. Em sua edição deste grupo documental, Étienne Baluze indica o ano 789 (Baluze, 1780, p. 249-256). George Pertz, por sua vez, indica o ano de 785 (Pertz, 1835/2012, p. 48-50). A edição de Alfred Boretius e Victor Krause, aquela da *MGH*, data-o entre 775 e 790 (*MGH, Leges*, Capit. 1, no. 26, p. 68). François-Louis Ganshof, por sua vez, assinalou 785 como seu ano de elaboração (Ganshof, 1961, p. 164), já Ernst Schubert, 782 (Schubert, 1993, p. 782).

(Ribeiro da Silva, 2020), olhar para a realização de assembleias pode ser um indicativo maior para a precisão desta datação e entender o encadeamento da circulação de notícias.

Os *Anais Moselanos*, os *ARF* (e sua versão revisada) e os *Anais de Lorsch* mencionam grandes reuniões entre o rei carolíngio e seus súditos em 782 e 785¹¹. As informações da carta 76 de Adriano I, citada anteriormente, porém, fazem-me pensar que o capitulário tenha tido origem mesmo na reunião de 785. Isto porque o papa menciona a rainha e sua saúde. Fastrada (m. 794) se casou com Carlos I em 783, pouco após a morte de Hildegarda, a segunda esposa¹² do rei e mãe de seu futuro sucessor, Luís I (m. 840). Ou seja, é provável que Fastrada estivesse com Carlos I no momento em que este enviou a missiva para Adriano I. A este fato soma-se a evidência, encontrada numa carta de Carlos I de 785, na qual o rei carolíngio pediu à rainha que fosse a Eresburg com as crianças (Böhmer, Mühlbacher, Lechner, 1908/2021, 267f, p. 110)¹³. O relato dos *ARF* e sua versão revisada sobre este ano reforçam ainda mais esta informação¹⁴. Então, é presumível que Adriano I estava fazendo referência, nesta carta de 786, à consolidação do poder carolíngio sobre a Saxônia, especialmente ao mencionar a conversão dos saxões, uma vez que foi no ano de 785 que se atribui o momento de conversão de Víduquindo, líder guerreiro deste grupo, ao cristianismo (*ARF*, a. 785. *MGH, Scriptores, SS rer. Germ. 6*, p. 68).

¹¹ *Annales Mosellani*, *MGH, Scriptores, SS 16*, p. 491; *ARF*, *MGH, Scriptores, SS rer. Germ. 6*, p. 59-64 e p. 68-72; *Annales Laureshamenses*. *MGH, Scriptores, SS 1*, p. 32.

¹² Alguns historiadores (Collins, 1998; Hägemann, 2003) listam Himiltrude (m. 770) como primeira esposa de Carlos I, fazendo que Hildegarda seja sua terceira esposa, após a dissolução da união do rei carolíngio com Desiderata, filha de Desidério da Lombardia, em 771 – e, por consequência nessa lógica, Fastrada seria a quarta esposa. No entanto, Eginardo (m. 840), em sua Vida de Carlos (*MGH, Scriptores, SS rer. Germ. 25*, c. 20, p. 25), descreve Himiltrude como concubina, ou seja, alguém sem o *status* de esposa. Acerca desse tema, v. Konecny, 1976.

¹³ O *Regesta Imperii* é uma compilação cronológica, de acordo com cartas e outros documentos, das autoridades “germânicas” entre 751 e 1519, bem como dos papas entre os séculos V e IX. Foi iniciada pelo bibliotecário de Frankfurt, Johann Friedrich Böhmer (m. 1863), em 1829 como uma obra preliminar para os *MGH*, da qual acabou se afastando e se tornando uma obra independente e que conta, atualmente, como uma versão online disponível em: <http://www.regesta-imperii.de/en/home.html>. Sua característica é que as compilações têm forma de resumos (regesten em alemão), ou seja, escritas breves com indicações de documentos de onde foram retiradas as informações. Infelizmente, nada mais é informado no resumo citado sobre a carta de Carlos I de 785.

¹⁴ “DCCLXXXV. Tunc dominus rex Carolus supradictum iter peragens usque ad Rimee a pervenit super fluvium Wisora, ub confluit Waharna. Et propter nimiam inundationes aquarum inde reversus est Eresburgum; uxorem suam domnam Fastradanem reginam una cum filiis et filiabus suis ad se venire iussit.” *ARF*, a. 785. *MGH, Scriptores, SS rer. Germ. 6*, 1895, p. 68. Na versão revisada: “DCCLXXXV. Cum ibi hiemare decrevisset, accitis atque adductis ad se uxore ac liberis relictoque cum eis in eodem castro satis fido ac firmo praesidio ipse cum expedita manu ad Saxonum pagos vastandos ac villsa diripiendas egressus inquietam satis hiemem ubique discurrendo et cuncta caedibus atque incendiis permiscendo tam per se ipsum quam per duces, quos miserat, Saxonibus reddidit.” *AQDE*, a. 785. *MGH, Scriptores, SS rer. Germ. 6*, p. 69.

Polêmicas de datação à parte, vê-se novamente uma resposta de Adriano I a Carlos I, em que este enviou ao primeiro notícias sobre os conflitos contra os saxões. Novamente, a transmissão da carta real ao papa ficou encarregada de um eclesiástico, no caso, André, talvez abade de Luxeuil. Reforça-se a ideia de um circuito de comunicação entre a corte carolíngia (onde quer que ela se localizasse no momento de envio da carta) e a cúria papal e, através dele, a circulação de notícias sobre as Guerras Saxônicas.

A terceira carta de Adriano I que menciona os saxões, a segunda datada do ano 786, também é uma resposta a uma pergunta de Carlos I. Resumindo seu conteúdo, o papa responde ao rei carolíngio, que lhe consultou por meio dos abades Itério (de São Martinho de Tours) e Maginário (de São Dionísio), sobre qual penitência deveria ser imposta aos saxões que retornassem ao paganismo (*paganissimum*, cf. *MGH, Epistolae*, Epp. 3, nº 77, p. 608-609). À primeira vista, tal dado pode contradizer os argumentos apresentados anteriormente a respeito da datação do *Capitulário para partes da Saxônia* para 785, afinal este instrumento normativo previa exatamente este tipo de ação: punir saxões que abdicassem do cristianismo ou mesmo permanecessem praticando outras religiões que não a cristã. Mas o nível das punições que constam no capitulário é totalmente diferente daquelas recomendadas por Adriano I em sua carta. *Grosso modo*, o documento normativo prevê penas capitais (*morte morietur e capitae/capitali punietur* na linguagem do documento) para diversas transgressões de acordo com o parâmetro carolíngio: do furto, invasão ou queima de igrejas, à adoração do diabo (*diabulo*) ou sacrifícios direcionados a ele, passando pela negação do batismo, estupro e infidelidade ao rei¹⁵. Já Adriano I, levando em consideração a tradição pontifícia sobre a matéria, recomenda uma penitência que “não deve ser medida tanto pela duração do tempo, mas sim pela contrição do coração”¹⁶. Ou seja, a demanda por ações em casos de retorno dos saxões ao paganismo, conforme a carta, não deve ser vista como prova de que o capitulário seja posterior a 786. Isto porque: i) está claro na missiva que a pergunta de Carlos I se refere especificamente às medidas que devem ser tomadas pelos sacerdotes (*sacerdotes iudicare debeant*); ii) não impede que ambas providências (grosseiramente categorizadas em “laica” e “eclesiástica”) sejam concomitantes se escaparem às determinações previstas no capitulário (isto é, execução). Esta terceira carta se apresenta, então, como complemento à segunda,

¹⁵ Cf. *Capitulatio de partibus Saxoniae*, *MGH, Leges*, Capit. 1, no. 26, cc. 2-13, p. 68-69.

¹⁶ “[...] penitentiae satisfactione purgentur, quae non tam temporis longitudine quam cordis conpunctione pensanda sunt”. *MGH, Epistolae*, Epp. 3, nº 77, p. 609.

informando nesta oportunidade a continuidade dos saxões em não professar o cristianismo. Ao mesmo tempo, é testemunho da continuidade de contato entre carolíngios e saxões no contexto dos conflitos entre eles.

As três cartas de Adriano selecionadas para análise tratam de modo indireto as Guerras Saxônicas. Isto porque são todas respostas a uma primeira demanda, no caso, o rei carolíngio Carlos I. Porém, ao responder ao monarca, Adriano nos dá dimensão de que as notícias sobre os conflitos, ao menos entre estes personagens e suas respectivas cortes, circulavam. Em outras palavras, parece-me haver preocupação por parte do monarca franco em comunicar ao papa o estado das contendas, solicitando deste, providência sobre assuntos diversos (como a penitência a ser imposta sobre os saxões que se recusavam a converter ao cristianismo conforme uma das cartas de 786 analisada acima).

Outro ponto que chama atenção é a transmissão das epístolas. Sabemos que as três cartas reais foram levadas ao papa por altos membros da hierarquia eclesiástica (quer fossem eles bispos ou abades). Imagino que o compartilhamento da fé cristã influenciasse na escolha dos mensageiros, mas há que se levar em conta, conforme frisado anteriormente, o papel social destes personagens como agentes reais. Além disso, aponta para uma rede de comunicação carolíngia ainda mais complexa do que aquela apresentada por Jennifer Davis (Davis, 2015, p. 317-322): ela não se limitaria às informações normativas, como a transmissão de capitulários, mas também se ocuparia de mobilizar interlocuções com sujeitos relevantes para o contexto social carolíngio, no caso, o próprio papa.

Um outro universo, com suas semelhanças e particularidades, pode ser traçado a respeito da circulação de notícias sobre as Guerras Saxônicas junto às cartas de Alcuíno de Iorque, de quem tratarei daqui em diante. Por conta das limitações de espaço, não será possível esmiuçar as 19 missivas, mas algumas considerações sobre o conjunto me parecem necessárias.

Em primeiro lugar, o recorte cronológico: as epístolas de Alcuíno que fazem alguma referência aos saxões ou à Saxônia datam entre os anos 786 e 801. Mas não é por mencionar estes termos que elas se referem diretamente às Guerras Saxônicas. É o caso da carta de 786:

nela, Alcuíno saúda o papa Adriano I por ter enviado os cânones (aos quais não temos acesso) decididos num concílio realizado na Saxônia¹⁷.

Outra questão a se destacar sobre a cronologia da documentação é a distribuição de cartas com ocorrências: 8 delas foram elaboradas entre 795 e 796. Sabe-se que este foi um período de intensos combates contra os saxões, que potencialmente culminou na expedição do Capitulário dos Saxões em 797, outro conjunto de normativas para a região visando organizar aspectos administrativos e religiosos dos saxões e sua integração ao reino carolíngio¹⁸.

Em segundo lugar, acredito que é importante precisar melhor o remetente das cartas: Alcuíno de Iorque (c. 735-804). Este foi um erudito e clérigo de origem nortúmbrica (parte da atual Inglaterra) que participou ativamente, de 782 até sua morte, da corte carolíngia. Professor de Carlos I e seus filhos na Escola Palatina, em Aachen (atual Alemanha), Alcuíno se transformou também em conselheiro do rei, e após 800 E.C. imperador, mesmo depois de assumir a abadia de S. Martinho de Tours em 796¹⁹. Alcuíno tinha um extenso e diversificado círculo epistolar, que incluía mais de 140 correspondentes de várias regiões, como a Nortúmbria, a Mércia e o continente europeu ocidental, além de abranger diversos sujeitos como reis (Carlos I entre eles, obviamente), rainhas, papas, monges e outras figuras eclesiásticas (Garrison, 2004).

As cartas de Alcuíno mencionam as Guerras Saxônicas de maneira variada. Algumas são indiretas, comentando sobre algo relacionado a elas, ainda que este não fosse o assunto principal da correspondência. É o caso da carta de 789, na qual Alcuíno pergunta a seu amigo N. (não se sabe seu nome além da abreviação utilizada), que reside na Saxônia, como os saxões estão respondendo às pregações agora que convertidos pelas ações de Carlos I²⁰. Ou a carta de 790, em que Alcuíno escreve a seu amigo Colco, abade de Clonmacnoise (atual Irlanda),

¹⁷ MGH, *Epistolae*, Epp. 4, nº 3, p. 20.

¹⁸ É curioso notar que as punições previstas no capitulário de 797 são de outra ordem quando comparadas ao *Capitulatio de partibus Saxoniae* de 785. Por exemplo: neste último, a punição para a invasão, queima ou roubo de igrejas era a morte, no primeiro, a punição é pecuniária, exatamente no valor de 60 sólidos (cf. *Capitulare Saxonum*, MGH, *Leges*, Capit. 1, no. 27, c. 1 e 2, p. 71). A título de comparação, o preço de uma porção de cerca de 30 quilos de trigo, o peso estimado do *modium*, foi fixado ao equivalente a 0,6 sólidos em 794 por Carlos I (cf. Devroey, 2016).

¹⁹ Sobre Alcuíno, ver Dales, 2012 e Dales, 2013, bem como o número especial dos *Annales de Bretagne et des Pays de l'Ouest* (v. 111, n. 3, 2004) intitulado *Alcuin de York à Tours* disponível em: <https://journals.openedition.org/abpo/1203>.

²⁰ MGH, *Epistolae*, Epp. 4, nº 6, p. 31.

comunicando, entre outras coisas, que os “antigos saxões [...] por insistência do rei Carlos [...] foram convertidos à fé de Cristo”²¹. Ou seja, são cartas que fazem menção a algum evento relacionado e/ou decorrente dos conflitos entre carolíngios e saxões, mas não são notícias diretas e/ou imediatas sobre as Guerras Saxônicas.

É nisso que o conjunto de oito cartas de 795 e 796 se destaca. Como dito anteriormente, esse foi um período de intensos combates entre carolíngios e saxões. Os anais históricos relatam campanhas sucessivas neste intervalo²². E, em que pese Alcuíno não escrever necessariamente sobre as Guerras Saxônicas, ele as menciona em algumas de suas cartas datadas destes anos. É o caso, por exemplo, da primeira carta de 795. Destinada aos seus colegas de Iorque (atual Inglaterra), Alcuíno menciona que o rei foi “com seu exército devastar a Saxônia”²³. Informações de que os combates continuavam podem ser encontradas em outras cartas do mesmo ano. Numa delas, escrita para o arcebispo de Iorque, Eanbaldo I (m. 796), Alcuíno lamenta não poder ir à Bretanha por conta de sua saúde e porque Carlos I ainda não havia retornado da Saxônia²⁴ – isto é, do combate. Já uma certa angústia é observada na carta enviada a Ricbodi de Tréveris (m. 804), apelidado de “Macário” na missiva: o nortumbriano relata que está indo ao encontro de Carlos I, mas não sabe por qual caminho, uma vez que desconhece sua partida da Saxônia (i.e. do fronte) ou sua morada de inverno²⁵. Foi isto, provavelmente, que o impeliu a escrever à Lutegarda (m. 800), com quem Carlos I se casou após a morte de Fastrada em 794, naquela que viria a ser a última carta a fazer referência aos eventos das Guerras Saxônicas no ano de 795. Alcuíno pergunta à rainha, nomeada de “nobilíssima mulher”, notícias sobre o retorno do monarca e seu exército ao reino, dado que este estava ainda no fronte saxão²⁶.

²¹ “Nam antiqui Saxones [...] populi, instante rege Karolo [...] ad fidem Christi conversi sunt”. MGH, *Epistolae*, Epp. 4, nº 7, p. 32. “Antigos” aqui se dá em contraposição aos “novos” saxões, isto é, aqueles que migraram e habitavam as Ilhas Britânicas desde, pelo menos, o século V (cf. Fleming, 2011).

²² ARF e AQDE, a. 795, 796, 797, 798. MGH, *Scriptores*, SS rer. Germ. 6, p. 88-107; *Annales Mosellani*, a. 794, 795, 796, 797. MGH, *Scriptores*, SS 16, p. 498-499; *Annales Laureshamenses*, a. 794, 795, 796, 797, 798. MGH, *Scriptores*, SS 1, p. 35-37.

²³ “[...] rex cum exercitu Saxoniam veni vastandam [...]”. MGH, *Epistolae*, Epp. 4, nº 43, p. 88.

²⁴ “Me vero, filium tuum, febrium acerbitas et regis tardatio in Saxonia retinuit, ut ad vos venire non potui, sicut desideravi”. MGH, *Epistolae*, Epp. 4, nº 44, p. 90.

²⁵ “Si de meo requiris itinere, obviam domno regi vadam, per quam viam nescio, quia illius ignoro ergressionem de Saxonia vel hiemalem mansionem”. MGH, *Epistolae*, Epp. 4, nº 49, p. 93.

²⁶ “Obsecro, si longior domni regis tardatio fiat in Saxonia, ut mihi demandare curaveris de prosperitate illius exercitusque christiani [...]”. MGH, *Epistolae*, Epp. 4, nº 50, p. 94.

O encontro entre o rei carolíngio e o clérigo de origem nortúmbrica parece ter acontecido ainda no final daquele ano. Isto porque, segundo os *ARF* e os *AQDE*, Carlos passou o Natal em Aachen²⁷, ou seja, num local para o qual Alcuíno conseguiria se deslocar a tempo partindo de Tours ou se ele mesmo já não estivesse lá dada sua atuação na Escola Palatina. Some-se a isto o fato de as primeiras cartas datadas do ano de 796, na coletânea desses documentos atribuídos a Alcuíno, não serem em seu nome, mas no nome do próprio Carlos I²⁸. Ou seja, potencialmente Alcuíno foi, senão o estenógrafo, ao menos o revisor destas cartas segundo a tipologia da produção epistolar proposta por Giles Constable (1976, p. 42-45).

Figura 2 - Império carolíngio em 800 E.C.



Fonte: José Francisco Sanches Fonseca. QGIS, 2023.

Nota: A Saxônia é situada no nordeste do império.

²⁷ ARF e AQDE, a. 795. MGH, *Scriptores, SS rer. German.* 6, p. 96-97.

²⁸ MGH, *Epistolae*, Epp. 4, nº 92 e 93, p. 135-136. A saudação inicial da carta 93 demonstra bem como Alcuíno não era o autor dela: “Carlos, pela graça de Deus rei dos Francos e dos Lombardos, ao patrício dos Romanos, Papa Leão, que se encontra em perpétua beatitude pelo Cristo, saúda” (Karolus gratia Dei rex Francorum et Langobardorum ac patricius Romanorum Leoni Papae perpetua beatitudinis in Christo salutem), MGH, *Epistolae*, Epp. 4, nº 93, p. 136. No caso, trata-se do papa Leão III (m. 816).

De qualquer forma, o contato parece não ter se estendido mais do que o período de inverno²⁹. Isto porque as próximas inferências sobre as Guerras Saxônicas nas cartas de Alcuíno são encontradas numa delas, também datada de 796, endereçada ao próprio Carlos I. O rei carolíngio teria partido em campanha primeiro para a Saxônia e depois, com auxílio do seu filho Pepino (m. 810), lutou contra os ávaros numa região entre as atuais Croácia e Eslovênia (também historicamente conhecida como Ístria e Panônia). O conteúdo da epístola, inclusive, tem a ver com estes fatos. Alcuíno felicita Carlos pelos seus sucessos militares na Saxônia e contra os intitulados hunos (*gentes populusque Hunorum*) de acordo com eclesiástico, ressaltando a devoção (*devotione*) e benignidade (*benignitate*) com que o monarca suavizou (*emollire*) a dureza do infeliz povo saxão (*duritiam infelicis populi Saxonum*) com a verdadeira salvação³⁰. Mas como muitos deles ainda permaneciam em seus costumes sórdidos (*sordibus consuetudinis*), sendo condenados com o diabo (*cum diabolo damnandi*) por isso, deveriam ser enviados até eles sacerdotes³¹. Recomendação que também valeria para os “hunos”.

Não fica claro, a partir deste relato epistolar de Alcuíno, como ele soube do sucesso militar carolíngio na Saxônia. Diferente das cartas de Adriano I tratadas mais acima, não há referências a mensageiros no texto. Também não há indicação, por parte de Alcuíno, de que sua missiva seja uma resposta a alguma inquirição de Carlos I. A solução para se entender o circuito de circulação destas informações está numa carta anterior à mencionada no parágrafo anterior. Trata-se de uma carta escrita por Alcuíno em resposta a Arno de Salzburgo (m. 821), onde o clérigo nortúmbrico deseja ao bispo bávaro bons presságios em sua partida para se juntar ao exército carolíngio que lutaria contra os ávaros³². Assim é possível imaginar que, embora não tenhamos acesso à missiva original de Arno, este tenha informado Alcuíno sobre o sucesso militar de Carlos contra os saxões na campanha de 796.

As Guerras Saxônicas se prolongavam e com elas notícias sobre seus desdobramentos. Numa carta endereçada ao bispo Arno de Salzburgo, datada de 798, Alcuíno menciona que o

²⁹ Os Anais de Lorsch mencionam que Carlos celebrou a Páscoa, ocorrida no início de abril, em Aachen naquele ano (v. *Annales Laureshamenses*, a. 796. *MGH, Scriptores*, SS 1, p. 37).

³⁰ “Ecce quanta devotione et benignitate pro dilatatione nominis Christi duritiam infelicis populi Saxonum per verae salutis consilium emollire laborasti.” *MGH, Epistolae*, Epp. 4, nº 110, p. 157.

³¹ “Sed quia electio necdum in illis divina fuisse videtur, remanent huc usque multi ex illis cum diabolô damnandi in sordibus consuetudinis pessime.” *MGH, Epistolae*, Epp. 4, nº 110, p. 157.

³² *MGH, Epistolae*, Epp. 4, nº 107, p. 153-154.

rei havia partido para o fronte na Saxônia³³. Em outra missiva para o mesmo Arno, mas datada de março de 799, o agora abade de S. Martinho de Tours revela que era esperado que Carlos I fosse para a Saxônia ainda naquele ano, o que segundo os *ARF* e os *AQDE* teria acontecido³⁴.

É possível notar nas cartas de Alcuíno como elas passaram a expressar um sentido de urgência moral, destacando a visão do abade de Tours de que a reforma espiritual era necessária frente às adversidades da época. Numa resposta às cartas de Carlos, atribuída ao ano de 799, Alcuíno expõe seu desejo de que a graça divina concedesse ao rei a liberdade dos “nefandos” saxões.³⁵ E escrevendo novamente para Arno de Salzburgo, no ano de 800, Alcuíno expressa sua vontade de que as “causas” contra os saxões fossem resolvidas rapidamente, o que aconteceria somente se a verdade fosse encontrada em meio às mentiras – o que julgo ser uma analogia em relação à profissão de fé dos saxões e suas inconstantes negações do cristianismo mesmo após terem sido batizados³⁶.

Tal desejo parece ter sido parcialmente atendido, conforme atesta uma carta de 801 (a última do eclesiástico a mencionar os saxões): ao escrever a seus discípulos que estavam morando em Roma, e demonstrando seu apreço por eles, Alcuíno questiona por que não mandam notícias de volta:

O que foi, filhos, que impediu que os bilhetes [*cartula*] voassem além dos montes Alpinos, pelas mãos dos saxões que retornavam, até o sagrado santuário da cidade de Troyes? E de lá, voariam para as mãos de nossos irmãos até o venerável templo da cidade de Tours.³⁷

Deste trecho se infere que, provavelmente após os esforços explicitados no Capitulário dos Saxões de 797, porções dos saxões tenham se integrado à sociedade carolíngia a ponto de serem utilizados como tropas. De fato, os *ARF* mencionam que, em 802, Carlos I, agora imperador, enviou um exército de saxões contra os saxões ainda rebeldes na região do Elba³⁸.

³³ *MGH, Epistolae*, Epp. 4, nº 147, p. 236.

³⁴ Cf. a. 799, *MGH, Scriptores, SS rer. German.* 6, p. 106-109.

³⁵ “[...] Ut quandoque divina gratia vobis concedat libertatem a populo nefando Saxonum [...]”, *MGH, Epistolae*, Epp. 4, nº 177, p. 293.

³⁶ “[...] Ut cito finiatur causa cum Saxonibus; si tamen in mendaciis veritas inveniri poterit. Insuper et diabolus habet quaerere causas omnimodis, ut impediatur iustitia et sanctae Dei ecclesiae protectio.” *MGH, Epistolae*, Epp. 4, nº 207, p. 344.

³⁷ “Quid fuit, filii, quare non volavit cartula ultra Alpinos colles per manus redeuntium Saxonum usque ad Trecasinae civitatis sacrum sacellum? Et inde volaret per manus nostrorum usque ad Turonicae civitatis templum venerandum.” *MGH, Epistolae*, Epp. 4, nº 215, p. 359.

³⁸ Cf. a. 802, *MGH, Scriptores, SS rer. German.* 6, p. 117.

Este trecho também se destaca por ser o mais explícito, entre a documentação elencada para análise neste artigo, em exemplificar o funcionamento da circulação das cartas neste período. Tecnicamente, Troyes não está na rota mais curta entre Roma e Tours³⁹. Seria necessário um desvio de cerca de 200 quilômetros ao norte para alcançá-la. Mas, e aí está provavelmente a chave da questão, Troyes (e especialmente a abadia de São Lupo) estava sob a guarda de Alcuíno, por ordem de Carlos I, desde 782 (Crété-Protin, 2002, p. 272). Então, é possível que Alcuíno tenha sugerido este circuito para a circulação de informações por terem sujeitos de sua confiança na sua transmissão.

As cartas de Alcuíno se mostram, no que tange à circulação de informações sobre as Guerras Saxônicas, um conjunto diferente da documentação epistolar atribuída a Adriano I analisada anteriormente. Se no primeiro, observa-se, na prática, respostas que fazem referência a uma notícia prévia, no caso das missivas atribuídas ao abade de Tours temos este tipo de material, mas também cartas nas quais o próprio Alcuíno informa seus leitores sobre o estado dos conflitos.

A rede de interlocutores do clérigo de origem nortúmbrica também se mostrou mais ampla: rainha, bispos, discípulos e o próprio rei carolíngio, Carlos I. O processo de transmissão das informações, porém, é menos explícito do que aqueles mobilizados para se chegar a Adriano I. Temos poucos dados, nas cartas de Alcuíno, sobre mensageiros, por exemplo. Talvez porque os enviados à cúria romana fossem, de alguma forma, representantes reais e, no caso de Alcuíno, se tratasse de mensageiros que serviam ao *scriptorium* de Tours ou à chancelaria real. A exceção se dá justamente na carta de 801: a menção aos saxões transportando cartas naquele momento sugere uma possível integração de parte dessa população ao aparato carolíngio, ainda que resistências tenham persistido até o ano de 804.

De toda forma, percebe-se que as informações sobre as Guerras Saxônicas circulavam. Na fase mais aguda do conflito registrada na década de 790, i.e., entre os anos 795 e 796, Alcuíno comentou sobre os eventos em ao menos oito ocasiões. E, embora não sejam informes diretos do fronte, são contemporâneos aos eventos, demonstrando um certo

³⁹ Tomando em consideração as rotas romanas (conforme a *Tabula Peutingeriana*, v. Talbert, 2010), após cruzar os Alpes na divisa entre a Itália e a França atuais, os transeuntes se dirigiriam à Lyon (atual França) e dariam rumo para o norte até Châlons-sur-Saône (atual França), onde guinariam a oeste em direção à Tours (atual França). O site OmnesViae, baseado na obra de Richard Talbert, traz um modo interativo de se guiar pela *Tabula Peutingeriana* e onde o percurso acima foi previsto. Disponível em: <https://omnesviae.org/>. Acesso em: 15 nov. 2024.

sentido de urgência em sua comunicação. Ao mesmo tempo, os registros epistolares do abade de Tours reforçam sua visão moralizante sobre a conversão dos saxões, alinhando-se (ou até influenciando!) aos interesses de Carlos I sobre o território ocupado por eles. Assim, mais do que um simples repositório de informações sobre os eventos bélicos, as epístolas de Alcuíno oferecem um testemunho da intersecção entre guerra, religião e diplomacia na sociedade carolíngia no final do século VIII.

Conclusão

A análise proposta da correspondência do papa Adriano I e de Alcuíno tenta demonstrar a existência de redes epistolares na disseminação de informações sobre as Guerras Saxônicas no final do século VIII e início do século IX. As cartas, além de refletirem as vitórias militares de Carlos I, revelam também as preocupações morais e religiosas de seus interlocutores, que especialmente viam a conversão saxônica como fundamental para a estabilidade do reino carolíngio. A postura de Adriano I, que enaltece a conversão sem abordar os atos de violência, contrasta com a visão de Alcuíno, que enfatiza a necessidade de uma verdadeira integração cristã por meio de reformas espirituais. Assim, neste estudo, tento demonstrar como a troca de cartas teve papel importante não apenas para informar, mas também para moldar a narrativa do conflito, conferindo-lhe um caráter de missão cristianizadora. A correspondência preservada fornece, deste modo, uma perspectiva sobre o entrelaçamento de interesses militares, religiosos e políticos nesse processo de expansão do reino carolíngio no período recortado.

DOCUMENTOS

Annales Laureshamenses. PERTZ, G. (ed.). *Monumenta Germaniae Historica, Scriptores* (SS), 1. Hanover: Hahn, 1826.

Annales regni Francorum inde a. 741 usque ad 829, qui dicuntur Annales Laurissenses maiores et Einhardi. PERTZ, G.; KURZE, F. (ed.). *Monumenta Germaniae Historica, Scriptores rerum Germanicarum in usum scholarum separatim editi* (SS rer. Germ.), 6. Hanover: Hahn, 1895.

Annales Mosellani. LAPPENBERG, J.M. (ed.). *Monumenta Germaniae Historica, Scriptores* (SS), 16. Hanover: Hahn, 1859.

Einhardi Vita Karoli Magni. PERTZ, G.; WAITZ, G. (ed.). *Monumenta Germaniae Historica, Scriptores rerum Germanicarum in usum scholarum separatim editi* (SS rer. Germ.), 25. Hanover e Leipzig: Hahn, 1911.

Epistolae Merowingici et Karolini aevi (I). DÜMMLER, E. (ed.) *Monumenta Germaniae Historica, Epistolae*, Epp. 3. Berlim: Weidmann, 1892.

Epistolae Karolini aevi (II). DÜMMLER, E. (ed.) *Monumenta Germaniae Historica, Epistolae*, Epp. 4. Berlim: Weidmann, 1895.

Epistolae Karolini aevi (III). DÜMMLER, E. (ed.) *Monumenta Germaniae Historica, Epistolae*, Epp. 5. Berlim: Weidmann, 1899.

REFERÊNCIAS BILIOGRÁFICAS

BALUZE, É. *Capitularia Regum Francorum*. Paris: Quillau, 1780.

BEAUMONT, H. *Étude historique sur l'abbaye de Luxeuil (590-1790)*. Luxeuil: M.-Pattegay, 1895.

BÖHMER, J. F.; MÜHLBACHER, E.; LECHNER, J. *Regesta Imperii I. Die Regesten des Kaiserreichs unter den Karolingern 751-918*. Innsbruck: Verlag der Wagnerscherke Universität Buchhandlung, 1908.

COLLINS, R. *Charlemagne*. Toronto: University of Toronto Press, 1998.

CONSTABLE, G. *Letters and Letter-collections*. Turnhout: Brepols, 1976.

CRÉTÉ-PROTIN, I. *Église et vie chrétienne dans le diocèse de Troyes du IVe au IXe siècle*. Villeneuve-d'Ascq, FR: Presses Univ. du Septentrion, 2002.

DALES, D. *Alcuin: His Life and Legacy*. Cambridge: James Clarke Company, 2012.

DALES, D.; WILLIAMS, R. *Alcuin: Theology and Thought*. Londres: James Clarke & Company, 2013.

DAVIS, J. *Charlemagne's practice of empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

DEVROEY, J.-P. La politique annonnaire des Carolingiens comme question économique, religieuse et morale. In: *L'Alimentazione nell'alto Medioevo. Pratiche, simboli, ideologie*. Spoleto: CISAM, 2016, p. 299-352.

FLEMING, R. *Britain After Rome: The Fall and Rise, 400-1070*. Londres: Penguin Global, 2011.

GANSHOF, F. L. *Was waren die Kapitularien?* Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1961.

GARRISON, M. Les correspondants d'Alcuin. *Annales de Bretagne et des Pays de l'Ouest. Anjou. Maine. Poitou-Charente. Touraine*, n. 111-3, p. 319-331, 20 set. 2004.

HÄGERMANN, D. *Karl der Große*: Herrscher des Abendlandes: Herrscher des Abendlandes. Biographie. Berlim: ECON-Taschenbuchverlag, 2003.

HARTMANN, F. *Hadrian I. (772 - 795)*: frühmittelalterliches Adelsspästum und die Lösung Roms vom byzantinischen Kaiser. Stuttgart: Hiesermann, 2009.

KNIPPSCHILD, S. A Map of the Saxon Wars. In: *Roter Geysir* (blog). Disponível em: <https://rotergeysir.net/map-saxon-wars/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

KNOWLES, M. D. Presidential Address: Great Historical Enterprises III. *The Monumenta Germaniae Historica. Transactions of the Royal Historical Society*, v. 10, p. 129-150, 1960.

KONECNY, S. *Die Frauen des karolingischen Königshauses*: die politische Bedeutung der Ehe und die Stellung der Frau in der fränkischen Herrscherfamilie vom 7. bis zum 10. Jahrhundert. Viena: VWGÖ, 1976.

MACLEAN, S. Hincmar of Rheims, *De Ordine Palatii*, and Royal Assemblies in the Late Carolingian Empire. In: DEPREUX, P.; PATZOLD, S. *Versammlungen im Frühmittelalter*. Berlim/Boston: De Gruyter, 2023, p. 179-192.

MORDEK, H. *Bibliotheca capitularium regum Francorum manuscripta*: Überlieferung und Traditionszusammenhang der fränkischen Herrschererlasse. Berlim: Monumenta Germaniae Historica, 1995.

Oxford Latin Dictionary. Oxford: Oxford University Press, 1968.

PATZOLD, Steffen. *Episcopus*. Wissen über Bischöfe im Frankenreich des späten 8. bis frühen 10. Jahrhunderts. Ostfildern: Thorbecke Verlag, 2008.

RIBEIRO DA SILVA, T. Os capitulares reais, séculos VI a IX: produção, codificação, transmissão e recepção. *Revista Signum*, v. 21, n. 1, 2020, p. 45-63.

RICHÉ, P. *Ecoles et enseignement dans le haut moyen âge*: fin du Ve siècle-milieu du XIe siècle. Paris: Picard, 1999.

SCHOLZ, B.; ROGERS; B. *Carolingian chronicles*: Royal Frankish Annals and Nithard's Histories. Ann Arbor, EUA: University of Michigan Press, 1972.

SCHUBERT, E. *Die Capitulatio de partibus Saxoniae*. In: BROSIUS, D.; HEUVEL, C. (org.). *Geschichte in der Region*. Zum 65. Geburtstag von Heinrich Schmidt. Hannover: Hahn, 1993, p. 3-28.

TALBERT, R. J. A. *Rome's World*: The Peutinger Map Reconsidered. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.